

# ACTAS DO SEMINÁRIO

## Igualdade de Género na Agenda Local Perspectiva de Género nas Políticas Municipais Segurança e Prevenção de Violência no Espaço Público

Covilhã, Setembro de 2018

## **Ficha Técnica**

**Título:** Actas do Seminário “Igualdade de Género na Agenda Local”

**Coordenação:** Graça Rojão (CooLabora) e Amélia Augusto (Universidade da Beira Interior)

**Data de publicação:** Setembro de 2019

**Edição:** CooLabora, crl

**Apoio:** Diana Silva, Gracinda Pereira, Rosa Carreira (CooLabora); Carla Loureiro (UBI).

**Fotografias:** Tânia Araújo (CooLabora)

**ISBN:** 978-989-209800

**Organização:**

CooLabora – Intervenção Social

Secretária de Estado Para a Cidadania e Igualdade

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior

## Índice

Apresentação .....	4
Graça Rojão, Directora da Coolabora .....	4
Caminhar contra a violência, caminhar pela igualdade .....	6
Rosa Monteiro, Secretária de Estado Para a Cidadania e a Igualdade.....	6
A Igualdade de Género na Agenda Local .....	9
Vítor Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã .....	9
Todos somos iguais perante a lei, mas, na prática, a lei não se aplica de igual forma .....	11
António Dias Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Belmonte .....	11
As políticas promotoras de Igualdade de Género como requisito de boa governação.....	13
Paulo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal do Fundão .....	13
As Universidades e a Igualdade.....	15
Anabela Dinis, Vice-Reitora para as Finanças, Recursos Humanos e Responsabilidade Social.....	15
E a busca da Justiça continua .....	18
Teresa Nobre Correia, Presidente da Coolabora.....	18
Perspetivas de Género nas Políticas Municipais.....	21
Dália Costa, Investigadora do ISCSP-UL .....	21
Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género e não Discriminação do Município de Abrantes .....	34
Luís Filipe Correia Dias, Câmara Municipal de Abrantes.....	34
Mainstreaming de Género nas Políticas do Município da Póvoa de Lanhoso .....	39
Gabriela Fonseca e Carla Melo, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.....	39
Estratégia Territorial de Combate à Violência Doméstica e de Género Belmonte, Covilhã e Fundão I Plano Intermunicipal para a Igualdade 2017-2020 .....	46
Graça Rojão, Directora da Coolabora .....	46
Mobilidade Pedonal das Mulheres - Estudo de Caso Brasília X Lisboa .....	54
Adriana Cristina da Silva Souza .....	54
Segurança e prevenção da violência de género no espaço público: fundamentos e ferramentas para a ação local.....	66
Mónica Lopes, Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra .....	66
Igualdade de Género na Agenda Local: Síntese e Recomendações.....	77
Amélia Augusto .....	77

# Segurança e prevenção da violência de género no espaço público: fundamentos e ferramentas para a ação local

Mónica Lopes, Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra<sup>7</sup>

A violência contra as mulheres constitui, de acordo com a convenção de Istambul, uma violação dos direitos humanos e é “uma forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os atos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em



danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada”. (Conselho da Europa, 2011:4). Esta definição reconhece a violência tanto no âmbito público como privado, e sinaliza os seus efeitos contra a cidadania das mulheres e a possibilidade de beneficiarem das liberdades democráticas.

São diversos os acordos e instrumentos regionais e Internacionais que, reconhecendo o carácter genderizado da violência, nomeadamente no espaço público, têm suportado politicamente a ação dos territórios na criação de espaços urbanos seguros para as mulheres. Um exemplo desta preocupação pode ser encontrado na Carta Europeia para

---

<sup>7</sup> **Mónica Lopes** é doutorada em Sociologia, na área da Avaliação, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e mestre em Políticas Sociais pela mesma instituição. Enquanto Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, desde 2002, tem participado em diversos projetos de investigação, de investigação-ação e de avaliação, centrados na temática da igualdade e *mainstreaming* de género. Mais recentemente integrou a equipa do projeto *Local Gender Equality: mainstreaming de género nas comunidades locais*, que produziu instrumentos e ferramentas para a transversalização da igualdade de género na vida local, e fez parte, com a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e outras entidades oficiais, do grupo do Grupo de Trabalho para a definição da estratégia nacional para a territorialização da igualdade de género. Atualmente é coordenadora local do projeto europeu SUPERA – ‘Supporting the Promotion of Equality in Research and Academia’, com o objetivo de implementar planos de ação para combater as desigualdades de género no mundo académico.

a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida Local, que no ponto 2 do seu artigo 21.º, relativo à proteção da segurança determina que

“O signatário reconhece também que tanto as mulheres como os homens, em parte por causa das obrigações e dos modos de vidas diferentes, têm que enfrentar problemas diferentes relativamente à proteção e à segurança e em consequência devem estes [ser] resolvidos.”

Todavia, como bem notam Rainero, Rodigou e Pérez (2007: 6), o mundo político, na sua dupla aceção do espaço social e físico, continua a apresentar restrições às mulheres. Do mesmo que as mulheres estão sub-representadas nos âmbitos de decisão e poder político, a utilização das ruas e do espaço público, no imaginário coletivo e no desenho das cidades, continua a corresponder à dominação masculina. O urbanismo e o planeamento territorial ainda não incorporaram suficientemente a diversidade dos sujeitos que habitam as cidades e, entre eles, as vivências diferenciadas de homens e mulheres, pressupondo um “urbanismo neutro”.

As estruturas locais, nomeadamente as autarquias, sendo agentes incontornáveis do planeamento e gestão territoriais, desempenham um papel essencial na operacionalização de uma abordagem ao planeamento e segurança urbanos que integre a perspetiva da igualdade de género.

Assumindo as autarquias locais e sua rede de parcerias como agentes estratégicos do *mainstreaming* de género, o projeto LGE | Local Gender Equality - Mainstreaming de género nas comunidades locais, carreou contributos relevantes para a sustentação da ação dos agentes locais na integração da perspetiva de género nos vários domínios da intervenção a nível local, onde se inclui o planeamento urbano e a segurança.

Neste texto apresenta-se brevemente o projeto LGE e os seus outputs, listando-se as principais ferramentas e metodologias de trabalho inovadoras produzidas para suportar a ação dos municípios, nomeadamente no âmbito da prevenção da violência no espaço público. Mas antes exploram-se alguns das problemáticas que enformam a discussão sobre género e segurança no espaço público, e que sustentam a relevância da intervenção do projeto neste domínio.

## **Abordagens tradicionais sobre violência e segurança urbana: a invisibilidade da violência contra as mulheres no espaço público**

O modo como a violência afeta o *direito à cidade* por parte das mulheres constitui um desafio pendente nas cidades contemporâneas. Poucas são as cidades que incorporaram a perspectiva de gênero nas suas políticas urbanas, de segurança e de prevenção da violência. Há pouca consciência e atenção, por parte de quem toma decisões e do pessoal técnico do planejamento, acerca da especificidade da segurança das mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, jovens, minorias étnicas e outros grupos sociais vulneráveis no espaço público e no urbanismo.

A abordagem androcêntrica da segurança prevalecente nas cidades contemporâneas atua principalmente sobre o que está identificado como atividade criminosa, ou seja, o que cada país tipifica na lei, que proíbe ou pune. Permanecer nesta visão de segurança invisibiliza a maior parte da violência que ocorre numa sociedade, até porque em muitos países grande parte dos tipos de violência de gênero não são considerados crimes, o que permite que continuem a perpetuar-se (Escalante, 2016; Massolo, 2005).

Como assinalam Wekerle e Whitzman (1995, *apud* Escalante, 2016: 48-49) a investigação sobre a prevenção do crime e da delinquência tem excluído a violência de gênero na sua análise, centrando-se nos roubos, furtos e vandalismo. As medidas dos governos locais sobre prevenção e controlo da criminalidade vêm, geralmente, do campo da justiça e da criminologia, e consistem sobretudo em estratégias restritivas, como aumentar a presença da polícia e controlar o acesso aos espaços públicos.

As conceções de segurança centradas na ocorrência de crimes são muito limitadas porque, além de se centrarem no que é definido por lei como violência, desconsiderando o que não é criminalizado, descuram as perceções e sentimentos de segurança. Por outro lado, como refere Smaoun (2003: 17), as abordagens criminalísticas "têm ignorado o contexto sócio- cultural no qual se constroem e desenvolvem as relações entre homens e mulheres (...) assim como como a relação de força e poder que persiste entre o homem e a mulher". Estas abordagens contribuem para a desconsideração da violência de gênero perpetrada sobre as mulheres no espaço urbano, nomeadamente a decorrente de relações de subordinação aos homens.

Nesta linha, Rainero, Rodrigou e Pérez (2007: 18-20) destacam um conjunto de mecanismos sociais que ocultam a violência no espaço urbano:

- A atribuição de culpa e responsabilidade às mulheres pelos comportamentos agressivos de que são objeto (“foi ela que provocou”) – a conduta da vítima é escrutinada pelo que fez ou não fez: a roupa que usou, os sítios onde foi, etc.
- O desconhecimento das experiências de violência quotidiana vividas pelas mulheres nas cidades – pouca participação às autoridades; maior noticiamento de crimes de roubo ou de agressão física.
- A relativização da ofensa e das respetivas consequências na vida das mulheres – observada nas discussões por causa do assédio na rua, dos piropos, que muitas vezes são motivo de piadas e gozo.
- A patologização da violência e dos agressores e exibicionistas – que leva a considerar a violência como um ato individual e patológico e o agressor como alguém doente.
- A focalização e a associação da violência a certos grupos de mulheres – como trabalhadoras do sexo, pertencentes a minorias étnicas e imigrantes.

As estratégias implementadas em termos de segurança cidadã, tanto em nível preventivo como assistencial, ainda não reconhecem suficientemente as especificidades da segurança das mulheres. A incorporação do problema da violência e insegurança que afeta especificamente as mulheres tem tido feita mediante uma ênfase em abordagens e políticas assistencialistas, vitimistas e com enfoque na violência intrafamiliar, no espaço privado/doméstico (Rainero, Rodrigou e Pérez, 2004). Nestas abordagens as respostas são criadas para abordar a situação pós-violência, isto é, quando as mulheres se tornam vítimas, não tendo estratégias e recursos para a prevenção da violência ou para a promoção dos direitos das mulheres a viver numa cidade sem violência (Massolo, 2005).

### **As especificidades da (in) segurança das mulheres**

A cidade é um âmbito no qual a vida social e seus conflitos se expressam; entre eles, as diferentes violências sofridas pelas mulheres na sociedade, tanto no seu transitar

quotidiano pelos espaços públicos como nos seus lares, no trabalho e nas instituições. A cidade, enquanto espaço construído, não é neutra em termos de género, antes, contém e expressa as relações sociais entre homens e mulheres que são construídas e transformadas ao longo do tempo, através e dentro dos espaços (Falú, 2014; Massolo, 2005). As ideias de "feminilidade" e "masculinidade" têm um suporte espacial onde se manifestam: lugares para o masculino e lugares para o feminino.

Analisar a segurança a partir de uma perspectiva de género implica reconhecer a forma como espaço, lugar e género estão interligados e como essa construção social e subjetiva influencia a experiência da cidade por parte das mulheres (Patiño-Díe, 2016). Esta perspectiva reivindica um olhar sobre a segurança das mulheres nas cidades e ambientes quotidianos que diferencie e complexifique o que se entende por violência, por insegurança ou perceção de insegurança, e que se vá além do que tipifica como crime e, como tal, abrangido na lei.

Nas ruas, parques e transportes e outros espaços públicos, as mulheres e as raparigas são mais vulneráveis a crimes que atentam contra a sua liberdade e autodeterminação sexual (assédio sexual, toques, intimidações, *stalking*, abusos ou violações). Segundo um estudo da Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) da União Europeia (UE), as jovens mulheres com idade compreendida entre os 18 e 29 anos são significativamente mais vulneráveis a assédio sexual, sendo que 38% foram sexualmente assediadas nos 12 meses anteriores à sua participação no inquérito (FRA, 2014).

A cidade significa medos, prazeres, perigos e liberdades diferentes para mulheres e homens. Uma perceção diferencial que se estende à sensação de (in) segurança e medo, com diferentes referentes e significados para ambos (Patiño-Díe, 2016; Falú, 2009, Rainero, Rodigou e Pérez, 2007). A perceção de insegurança das mulheres é muitíssimo superior à dos homens; elas sentem e expressam receio pela sua segurança. Num estudo em Montreal, Canadá, em 2000, 60% das mulheres afirmaram ter medo de caminhar sozinhas durante a noite no seu bairro (comparando com apenas 17% de homens) (Macmillan, Nierobisz e Welsh, 2000). Um outro inquérito aplicado a cinco cidades sul-americanas mostrou que, em quatro delas, as mulheres percebem a cidade como mais perigosa do que os homens (Rainero e Rodigou, 2003).

Para a diferença nas perceções de inseguranças contribui o processo de socialização das mulheres, no qual são alertadas para perigos difusos, sendo o espaço público indicado



como potencialmente perigoso para elas (Patiño-Díe, 2016; Rainero, Rodigou e Pérez, 2007). Além disso, o medo e a percepção de insegurança também são condicionados pela diferença entre o tipo de violência que os homens e mulheres experimentam, originando diferentes referências e significados. Como notam Falú (2014) e del Valle (2006), o medo ou a percepção de insegurança das mulheres é marcado pela violência exercida sobre o corpo sexuado. É muito diferente ter medo de ser agredido ou espancado, do medo de ser estuprado, assim como são diferentes as consequências e as respostas (Escalante, 2016: 52). Um homem assaltado ou agredido mais facilmente apresenta uma denúncia ou relata o sucedido ao seu círculo íntimo do que uma mulher que é violada ou assediada, seja por receio de ser re-vitimizada e culpabilizada, seja por vergonha. Segundo dados da FRA – Fundamental Rights Agency, publicados em 2014, cerca de um quarto das mulheres europeias vítimas de algum tipo de violência inquiridas referiu a vergonha ou embaraço como principal razão para não reportar o incidente à polícia ou a qualquer outro tipo de organização.

Assim, as estratégias mais usadas pelas mulheres perante o medo e a percepção de insegurança são de evitamento e restrição (ActionAid, 2014). O medo limita a liberdade das mulheres e as possibilidades de usufruírem plenamente das oportunidades que a cidade oferece: a mobilidade é restrita em termos de tempo (encurta as horas disponíveis para usufruto do espaço público, sendo-lhes interdito o livre trânsito durante a noite) e em termos de espaço (evitando certas áreas, espaços, etc.), o que faz com que o sentimento de pertença seja menor e, portanto, reduzindo a sua participação na vida cívica e política (Escalante, 2016).

### **Abordagens sobre violência e segurança urbana sensíveis ao género**

Desde a década de 1970, com o movimento Take Back the Night - *Reclamar a noite*, nos EUA, que o ativismo feminista se tem mobilizado na reivindicação do direito das mulheres ao usufruto do espaço público. Esse movimento foi estendido a outros países acabando por ter influência sobre as formas de abordar a segurança das mulheres no planeamento urbano. Os canadenses, nos anos 80, começaram a trabalhar sobre a

segurança das mulheres na cidade, exatamente inspirados naquele movimento. As iniciativas do Comité Action Femmes et Sécurité Urbaine CAFSU (Comité de Ação Mulheres e Segurança Urbana), uma organização de mulheres que foi criada em resposta ao aumento das violações de mulheres em Montreal, são paradigmáticas do reconhecimento e mobilização em torno da aceção de que mulheres e homens frequentemente têm diferentes definições de violência e diferentes maneiras de abordar. Desde então, foram sendo promovidas uma série de formas alternativas criar ambientes seguros e inclusivos, como sejam as auditorias de segurança de mulheres (desenvolvida pelo METRAC - Metropolitan Toronto Action Committee on Violence Against Women and Children) e, mais recentemente, a incorporação da perspetiva de género em planos de segurança no nível comunitário (WCI, 2012; Escalante, 2016). Estas iniciativas são fortemente inspiradas pelos seis princípios sobre planeamento urbano e segurança na cidade, desenvolvidos pelo CAFSU, para a cidade de Montreal, e que foram posteriormente adaptados a outros contextos:

Princípio 1: Saber onde está e aonde vai. Sinalização;

Princípio 2: Ver e ser visto/a. Visibilidade;

Princípio 3: Ouvir e ser ouvido/a. Presença de pessoas;

Princípio 4: Poder escapar e obter auxílio. Vigilância formal e o acesso à ajuda;

Princípio 5: Viver em um ambiente limpo e acolhedor. Planeamento e a manutenção dos lugares;

Princípio 6: Atuar em conjunto. A participação da comunidade.

(Rainero, Rodigou e Pérez, 2007: 18-20)

De salientar também a proposta mais recente da Women in Cities International (2012: 3), que sistematiza as principais linhas de ação em torno da promoção de espaços urbanos seguros para as mulheres:

- Recolha de informação e produção de dados acerca das experiências de violência, medo e exclusão das mulheres nas cidades, através de metodologias participativas (inquéritos, *focus group*, auditorias de segurança urbana, entre outras).

- Advocacy, consciencialização e mobilização da comunidade, através da realização de conferências, workshops, intervenções educativas, demonstrações, teatro, campanhas nos meios de comunicação social, artes visuais e animações de rua, entre outras.

- Empoderamento e criação de parcerias entre as mulheres e outros *stakeholders* principais.

- Capacitação dos atores estratégicos, de forma a compreenderem os seus deveres e responsabilidades associados à segurança e inclusão das mulheres, bem como as ações apropriadas a desenvolver no seu campo de atuação.

Esta e um conjunto alargado de outras contribuições, designadamente advindas de organizações e académicas/as feministas e de agências regionais e internacionais, são retomadas e adaptadas pelo projeto LGE com o objetivo de dotar a administração local de ferramentas para a incorporação da análise de género na sua atuação no domínio do planeamento urbano.

## O projeto LGE Local Gender Equality: da teoria à prática

O Projeto Local Gender Equality – Mainstreaming de género nas comunidades locais (<http://lge.ces.uc.pt/>), decorreu entre 2015 e 2016, com o objetivo desenvolver um conjunto de metodologias e



instrumentos para a promoção de igualdade de género e da conciliação nos municípios. A sua ação abrangeu a conceção, a experimentação e a validação de ferramentas inovadoras nos vários domínios de atuação territorial, nomeadamente políticas sociais, prevenção e combate à violência, educação e juventude, urbanismo, mobilidade e segurança, cidadania e participação e mercado de trabalho. O desenho, experimentação e validação das ferramentas foi feita com os destinatários finais diretos (municípios) e indiretos (atores locais nos vários domínios de atuação territorial), mediante o estabelecimento de parcerias com cinco autarquias locais.

O projeto produziu um conjunto de materiais para a integração da perspectiva de género a nível local a que as diversas entidades poderão aceder gratuitamente (em <http://lge.ces.uc.pt/outputs.php>), do quais se destacam:

- O Índice Municipal de Igualdade de Género (IMIG) – são propostos 20 indicadores para avaliar os progressos feitos em cada município em termos de igualdade de género;
- O referencial de Formação para a Igualdade de Género na Ação Municipal;
- O Kit de ferramentas para diagnósticos participativos;
- 8 Guiões para a Integração na Nível Local da Perspetiva de Género nos seguintes setores da ação municipal:
  - Educação; Saúde e Ação Social; Cultura; Mobilidade e Transportes; Segurança e Prevenção da Violência no Espaço Público; Urbanismo, Habitação e Ambiente; Violência no Trabalho; Gestão de Pessoas, Formação e Emprego.

Cada um dos oito guiões para a Integração na Nível Local da Perspetiva de Género, onde se inclui o guia para a Segurança e Prevenção da Violência no Espaço Público, encontram-se organizados em cinco secções que procuram orientar, de forma acessível e esquemática, a ação das entidades locais na resposta as principais questões colocadas pela intervenção: (i) porquê? – fundamentos; (ii) como proceder? – princípios e metodologias; (iii) a que recorrer? – instrumentos (iv); com quem?; e (v) que exemplos? – Boas práticas.

Os guias de ação produzidos nas diversas áreas setoriais, além de apresentarem um breve diagnóstico que sustenta a relevância da intervenção para a integração da perspectiva de género, contêm uma infinidade de orientações, ferramentas e ilustrações de boas práticas, apresentando um enorme potencial de intervenção transformadora, designadamente na promoção de espaços públicos seguros e inclusivos, que deve ser capitalizado pelos agentes locais.

#### Referências bibliográficas

ActionAid International (2014) *Safe Cities for Women: from reality to rights*. Disponível em: <https://actionaid.ie/wp-content/uploads/2016/10/Safe-Cities-for-Women-From-Realities-to-Rights-1.pdf>.

CMRE – Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros (2006) Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local. Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus Parceiros. Disponível em [http://www.ccre.org/docs/charte\\_egalite\\_pt.pdf](http://www.ccre.org/docs/charte_egalite_pt.pdf).

Conselho da Europa (2011) *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. Estrasburgo: Conselho da Europa. Disponível em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/webContent/8620761>.

Del Valle, Teresa (2006) “Seguridad y convivencia: Hacia nuevas formas de transitar y de habitar”. In Velázquez, Isabela (Coord.) *Urbanismo y género. Una visión necesaria para todos*. Barcelona: Ed. Diputación de Barcelona.

Escalante, Sara Ortiz (2014) “Espacio público, género e (in)seguridad”, in Zaborras, Carmen (coord.) *Jornadas Urbanismo y Género. Ciudades en Construcción*. Perséfone. Ediciones electrónicas de la AEHM/UMA, pp. 48-67. Disponível em [https://punt6.files.wordpress.com/2014/07/espaciopublicogc3a9neroeinseguridad\\_ortiz.pdf](https://punt6.files.wordpress.com/2014/07/espaciopublicogc3a9neroeinseguridad_ortiz.pdf)

Falú, Ana (2009) “Violencias y discriminaciones en las ciudades”. In Falú, Ana (editora). *Mujeres en la ciudad. De violencias y derechos*. Santiago de Chile: UNIFEM, Red Mujer y Hábitat de América Latina, Ediciones SUR.

Falú, Ana (2014) “El derecho de las mujeres a la ciudad. Espacios públicos sin discriminaciones y violencias”. Revista Vivienda y Ciudad, Vol. N°1, pp. 10-28.

FRA – Fundamental Rights Agency (2014) *Violence against Women. An EU- Wide Survey*. Disponível em <http://fra.europa.eu/en/publication/2014/violence-against-women-eu-wide-survey-main-results-report>.

Macmillan, Ross; Nierobisz, Annett.; Welsh, Sandy (2000) “Experiencing the Streets: Harassment and Perceptions of Safety Among Women”, *Journal of Research in Crime and Delinquency* 37, 3, 318.

Massolo, Alejandra (2005) “Género y seguridad ciudadana: el papel y el reto de los gobiernos locales”, *Estudios Centroamericanos*, 681-682, pp. 643-65.

Patiño-Díe, María (2016) “La construcción social de los espacios del miedo: Prácticas e imaginarios de las mujeres en Lavapiés (Madrid)”. *Documents d’Anàlisi Geogràfica*, 62(2), 403-426.

Rainero, Liliana; Rodigou, Maite (2003) “Indicadores Urbanos de género. Un aporte a la construcción de ciudadanía de las mujeres”. *Mimeo III Jornadas de Discurso Social y Construcción de Identidades*. Centro de Estudios Interdisciplinarios de Género. CEA- UNC, Córdoba. Argentina.

Rainero, Liliana; Rodigou; Maite; Pérez, Soledad (2007) *Ferramentas para a Promoção de Cidades Seguras a partir da Perspectiva de Gênero*. Córdoba, Argentina: CISCESA – Centro de Intercambio y Servicios Cono Sur, Argentina. Disponível em [http://www.redmujer.org.ar/pdf\\_publicaciones/art\\_19.pdf](http://www.redmujer.org.ar/pdf_publicaciones/art_19.pdf).

Smaoun, Soraya (2000) “Violence against women in urban areas: an analysis of the problem from a gender perspective”, *Urban Management Program, Working papers*, 17.

WCI – Women in Cities International (2012) *Tackling Gender Exclusion: Experiences from the Gender Inclusive Cities Programme*. Disponível em <http://femmesetvilles.org/publication/wici-publication>.